

O LUGAR DOS PRINCÍPIOS PRIMEIROS NA FILOSOFIA MORAL DE ALASDAIR MACINTYRE¹

The place of first principles in Alasdair MacIntyre's Moral Philosophy

Luis Fernando Ferreira Macedo²

Resumo: O estudo visa evidenciar o lugar que os princípios primeiros ocupam na filosofia moral de Alasdair MacIntyre, bem como o conceito de teleologia a eles articulado. Consistirá, no estudo panorâmico das categorias centrais da ética das virtudes de MacIntyre, onde ele constrói sua teoria da racionalidade das tradições que, por sua vez, é essencial para sua compreensão da retomada da ética aristotélica das virtudes e o papel dos princípios primeiros na sua filosofia moral. A partir destes, o desenvolvimento do artigo se dá com a identificação do lugar que os primeiros princípios ocupam na filosofia moral de MacIntyre, como também a relevância que eles têm para o desenvolvimento de sua teoria do resgate da ética aristotélica.

Palavras-chave: Filosofia; Ética; Tradição; Primeiros Princípios; Racionalidade.

Abstract: The study aims to highlight the role that first principles occupy in the moral philosophy of Alasdair MacIntyre, and the concept of teleology to articulate them. It consists, in a panoramic study of the central categories of virtue ethics of MacIntyre, where he builds his theory of rationality of traditions, which in turn is essential to their understanding of the revival of Aristotelian ethics of virtue and the role of first principles in philosophy morale. From these, the development of the article is with the identification of the place they occupy in the first principles of moral philosophy to MacIntyre, but also the relevance they have to develop his theory of recovery of Aristotelian ethics.

Keywords: Philosophy, Ethics, Tradition, First Principles; Rationality.

Introdução

Vivemos em uma época repleta de crises, sejam elas políticas ou econômicas e juntamente com a aurora dessas crises intensificam-se as discussões em filosofia moral. Dentre os pensadores que estão envolvidos nessa discussão sobre a moralidade moderna, Alasdair MacIntyre, filósofo escocês, não somente nos dá um diagnóstico do problema, mas também explica como ele ocorreu e quais as possíveis saídas para essa crise moral existente na contemporaneidade. E para obtermos a compreensão dos problemas existente na filosofia moral, precisamos adentrar no pensamento desse autor, analisando e seguindo a articulação que seus argumentos possuem. Algo que é notório nas suas primeiras obras é que MacIntyre faz uso de uma investigação histórica e comparativa que identifica os traços da moralidade dominante em outras épocas e lugares.

Diante da situação em que se encontram as discussões morais da contemporaneidade, caracterizada com discursos irracionais que expõem apenas desejos e vontades pessoais, por meio da utilização de uma linguagem fragmentada que faz uso de

¹ Este artigo é o resultado de uma pesquisa de iniciação científica, desenvolvida sob a orientação do professor Dr. Helder Buenos Aires de Carvalho, fomentado pela CNPq, realizada no período de 2009 a 2010 no âmbito de projeto financiado pelo CNPq.

² Graduando do curso de Licenciatura em Filosofia da UFPI e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Filosofia) na mesma instituição.

conceitos que estiveram presentes nos discursos morais de sociedades passadas, mesclados com os usos modernos da linguagem, formam na atualidade uma mistura altamente heterogênea de conceitos, que por sua vez impossibilitam o diálogo entre as inúmeras correntes de pensamentos; os conflitos morais na modernidade possuindo uma linguagem fragmentada tornam os debates vazios de conteúdo e, em decorrência disso, assumem uma incomensurabilidade, dentro de um pluralismo moral de natureza superficial³.

Frente a toda essa situação em que se encontra a moralidade contemporânea, MacIntyre defende o retorno das práticas da ética aristotélica das virtudes, juntamente com ela, a noção de uma tradição de pesquisa racional, que possibilitem ao homem reconhecer-se como fazendo parte de uma tradição ao longo da sua história. Esse pensamento filosófico foi abandonado e passou a ser estranho dentro dos debates filosóficos porque, seguindo os argumentos de MacIntyre, somos herdeiros do fracasso do projeto Iluminista, que abandonou a noção de uma pesquisa racional das tradições. Os pensadores daquela época concordavam entre si em dois aspectos, quanto ao conteúdo e caráter que constituem a moralidade e quanto à definição da justificação racional da moralidade, tendo de um lado a concepção comum de regras e preceitos morais e do outro uma concepção de natureza humana; e justamente nesse ponto é que o filósofo escocês reconhece que, pela discrepância existente entre essas duas concepções, emergem os problemas morais da contemporaneidade.

Dentro da pesquisa da racionalidade das tradições, o homem é reconhecido como um todo, possuindo uma história com começo, meio e fim, de tal modo que apenas quando assumimos a perspectiva histórica é que poderemos apreender um conceito de natureza humana, onde as ações dos indivíduos não estão desassociadas de uma comunidade pertencente a uma tradição, estando ligado juntamente com o conjunto de normas e regras morais que regem a comunidade em que o sujeito se encontra inserido.

Esta concepção de uma vida humana inteira como objeto primordial de avaliação objetiva e impessoal, de um tipo de avaliação que proporciona o conteúdo para se julgar as ações ou projetos particulares de um determinando indivíduo, é algo que deixa de ser praticamente disponível no progresso – se é que podemos chamá-lo assim – rumo à modernidade⁴.

E justamente por suas opções teóricas negarem esse pensamento é que os iluministas, e todos os herdeiros desse pensamento moderno, não tiveram como enfrentar as dificuldades que surgiram com a prática de suas teorias, que não levavam em conta essa perspectiva aristotélica e tomista, como defende MacIntyre.

A perda do conteúdo teleológico - existente apenas quando temos a compreensão do que são primeiros princípios e do papel desempenhado por eles dentro de uma tradição de pesquisa racional - tornou o homem moderno desprovido de uma narrativa histórica, onde sua vida não é mais entendida como um desenvolver-se para um fim específico, mas

³ Quando MacIntyre fala que as teorias morais são incomensuráveis e que expressam apenas os interesses pessoais dos interlocutores, não significa que os conflitos em si devem ser evitados e que são ruins. Pelo contrário, no desenvolvimento epistemológico de uma tradição é de extrema importância que ocorram conflitos, mas o fato de na modernidade não existir um compromisso com a racionalidade dos argumentos, ou seja, carecem de princípios primeiros que os justifiquem, deixando assim de serem reconhecidos como expressões de racionalidade, tornando-se apenas uma disputa com o objetivo de dominar os opositores.

⁴ MACINTYRE, Alasdair. *Depois da Virtude*. [1981] Trad. Jussara Simões. Revisão Helder B. A. de Carvalho. Bauru: EDUSC, 2001, pag. 69.

tornou fragmentada e desconectada. Como diz MacIntyre “*perdeu seus limites tradicionais proporcionados por uma identidade social e uma visa de vida humana como ordenada a determinado fim*”⁵.

O homem distante de objetivos e fins específicos em sua vida torna-se desprovido de um conteúdo moral, não há um compromisso em suas práticas, restando-lhe apenas julgamentos morais como expressões de preferência, atitudes e sentimentos. Esses tipos de julgamentos não são nem verdadeiros e nem falsos, não são fundamentados racionalmente. Ao afirmar a verdade de suas conclusões, os Iluministas destruíram todas as possibilidades anteriores a eles de se fundamentar a moralidade, assim, quando novos problemas foram surgindo, os seus fundamentos universais não deram conta de resolvê-los.

MacIntyre está interessado em mostrar como esses problemas surgiram na atualidade, demonstrando assim como essas questões podem ser esclarecidas, retomando a noção de uma tradição de pesquisa racional que, por sua vez, possui um discurso dotado de racionalidade e coerência histórica, reconhecendo o homem como um sujeito histórico no qual suas ações são fundamentadas por princípios primeiros dentro de um contexto moral e social que por sua vez direcionam o homem para o seu *telos*/fins.

Para o filósofo escocês são os fins, aos quais os agentes morais, na sua trajetória histórica em busca de realizar o seu *telos*, que fornecem os primeiros princípios do raciocínio prático. Assim quando na modernidade houve um rompimento nessa circularidade internalista a história de cada tradição particular, que é a noção de princípios primeiros (*arché*) e fins últimos (*telos*), começaram a surgir os inúmeros desacordos na moralidade contemporânea. E tomando como base esse ponto, da problemática abordada por MacIntyre, que se encontra a importância de compreendermos e localizarmos a relevância que os primeiros princípios têm para resgatar a racionalidade das tradições de pesquisa, na medida em que essa racionalidade é construída sobre as bases dos primeiros princípios.

E é somente com base nesses primeiros princípios que poderemos encontrar um fundamento que justifique os argumentos empregados nos conflitos que surgem nas discussões morais, daí a importância de resgatarmos essa noção do que são os primeiros princípios, para que possamos elevar as discussões morais a um nível de racionalidade e não apenas em diálogos que constituem apenas a emissão de interesses particulares que tornam o diálogo interminável.

1. O resgate das virtudes

Nas sociedades contemporâneas, encontramos diversos conflitos e dilemas entre diferentes tradições, o homem moderno não dispõe mais de meios racionais para solucionar seus conflitos, tais como o do direito de propriedade que dispõe de inúmeras teorias, cada uma fazendo um contraponto à sua concorrente. Diante dessa situação, MacIntyre propõe na sua filosofia moral o resgate da ética aristotélica da virtude, que sendo reformulada e adequando-se as exigências filosóficas atuais, darão meios de solucionar os conflitos morais que emergem na contemporaneidade.

MacIntyre não pretende resgatar as virtudes nos moldes aristotélicos sem que ela sofra nenhuma alteração. Da época de Aristóteles até a atualidade ocorreram muitas mudanças principalmente na concepção de natureza humana e de fim último que ela tem. O autor defende que as virtudes são qualidades humanas adquiridas no exercício da busca e nos dá a capacidade de alcançar os bens internos às práticas, ou seja, aqueles bens por excelência em que as suas conquistas sejam boas para toda uma comunidade.

⁵ MACINTYRE, Alasdair. *Depois da Virtude*. [1981] Trad. Jussara Simões. Revisão Helder B. A. de Carvalho. Bauru: EDUSC, 2001, pag. 69.

A pesquisa da racionalidade das tradições mostra-nos que quando uma tradição não mais responde aos questionamentos internos, é necessário recorrer a outras tradições que deem subsídios teóricos para sustentar a verdade dos princípios primeiros de uma tradição em crise. MacIntyre afirma que somente na tradição aristotélica e no resgate das virtudes é possível encontrarmos uma saída para os problemas enfrentados pelas sociedades atuais. Assim diz o autor:

Se a minha explicação da nossa condição moral estiver correta, devemos concluir que, já há algum tempo, nós também chegamos a esse ponto decisivo. O que importa nesse estágio é a construção de formas locais de comunidade, dentro da qual se possa sustentar a civilidade e a vida intelectual e moral durante a nova idade das trevas que já estamos vivendo. E se a tradição das virtudes foi capaz de sobreviver aos horrores da idade das trevas passada, não estamos totalmente desprovidos de base para ter esperança⁶.

A teoria ética de MacIntyre está interessada na pesquisa das tradições que possuem uma concepção de racionalidade prática, de maneira que essa racionalidade não seja relativa e que possa argumentar com outras tradições. Já que o raciocínio prático é constituído de desejos e metas do agente moral que não são expostos pelo seu raciocínio. Determinadas ações levam o indivíduo à obtenção daquilo que é uma coisa boa ou necessária, estando seguro de que com base em um juízo perceptivo irá obter os resultados requisitados após essa ação:

Pois só há agentes racionais à medida que boas razões são causas de ações e à medida que essas boas razões são causalmente eficazes, unicamente porque e à medida que são razões boas. Qualquer compreensão da racionalidade prática que não consegue ser uma compreensão causal fracassa totalmente⁷.

Essas boas razões são justificadas dentro de uma tradição onde certas teses adquirem o caráter de primeiros princípios e a partir delas outras teses serão construídas, partindo da verdade dessas primeiras. Esses princípios não podem ser demonstrados, mas não são independentes de fundamentação racional, pois chegamos a esses princípios através de métodos da dialética e de sua capacidade de confrontarem outras teorias e manterem-se como fundamento das demais teorias.

Só podemos chegar ao conhecimento dos princípios primeiros através dos métodos da dialética e de demonstrações lógicas, mas no início da renascença houve uma separação entre métodos dialéticos e demonstrações lógicas aristotélicas ocasionando que os princípios primeiros passaram a ser evidentes e inegáveis em si mesmos sem nenhuma fundamentação e se tornaram verdades necessárias, e isso passou a ser um problema, já que eles não possuem esse caráter universal e necessário.

Ainda em relação aos primeiros princípios MacIntyre diz que na sua argumentação o que importa não é a ascensão e a queda da dialética, mas como os primeiros princípios, ainda na perspectiva aristotélica, tornaram-se autoevidentes e inegáveis sem fundamentação dialética ou qualquer outra fundamentação.

A explicação desse questionamento se dá pela necessidade que os filósofos modernos tiveram de se tornarem autônomos na construção de juízos morais. Ocasionalmente – no inevitável fracasso do projeto Iluminista – uma autonomia que teve

⁶ MACINTYRE, Alasdair. *Depois da Virtude*. [1981] Trad. Jussara Simões. Revisão Helder B. A. de Carvalho. Bauru: EDUSC, 2001, pag. 441.

⁷ Livro: MACINTYRE, Alasdair. *Justiça de Quem? Qual Racionalidade?* [1988] Tradução Marcelo Pimenta. São Paulo: Loyola, 1991, pag. 140.

como consequência a retirada do *telos* da vida humana que era guiado pelas virtudes. MacIntyre percebendo isso esclarece porque as virtudes devem ser resgatadas para colocar o homem em uma condição em que haja unidade em sua vida dando-lhe novamente uma noção de *telos*.

2. Justiça e racionalidade prática

MacIntyre no livro *Justiça de quem? Qual racionalidade?* (1988) retoma pontos-chaves na sua pesquisa histórica que o auxiliou na descoberta de como as tradições se modificaram e como se dão os conflitos entre elas. Ele faz referência principalmente ao iluminismo escocês, que era fortemente influenciado pela tradição inglesa e pelo anglicanismo. As discussões nesse período giram em torno das tradições herdadas por cada geração de pensadores que aprovaram e desaprovaram conceitos e teorias de tradições anteriores.

O filósofo escocês ao realizar sua investigação filosófica expõe como, ao longo da história da sociedade escocesa foram vivenciados seus conflitos e o reflexo que eles tiveram na formação acadêmica dos jovens escoceses, assim como, a busca constante de reconhecer em uma determinada tradição que seja capaz de conduzir o homem a um *telos*.

A história do iluminismo escocês é a prova de que uma tradição sempre poderá um dia se deparar com uma crise epistemológica, reconhecível pelos seus próprios padrões de justificação racional, que foi o melhor até aquele momento da história. Crises como essas podem ser resolvidas através da reformulação das teses centrais presente na tradição.

Os princípios primeiros de uma tradição só podem manter-se como tais se forem capazes de por fim a crise epistemológica, se explicarem porque antes a tradição estava estéril ou incoerente e por fim mantiverem a estrutura conceitual na qual a tradição tinha se definido até então.

A situação da sociedade atual é o do não reconhecimento das tradições como um processo histórico, a extinção que o iluminismo fez com a ideia de tradição impossibilitou a solução dos problemas que foram surgindo na modernidade. MacIntyre aponta para a tese de que o liberalismo moderno transformado em tradição nos permitirá justificar e articular uma teoria ética das virtudes e dentro dessa tradição chegar à compreensão de quais teses no liberalismo possuem o estatuto de princípios primeiros.

O liberalismo, como todas as outras tradições morais, intelectuais e sociais minimamente complexas tem sua própria problemática interna, suas próprias questões cujas soluções se comprometem a buscar, através de seus próprios padrões. Uma vez que em seus próprios debates internos, assim como em seus debates com tradições opostas, o sucesso ou o fracasso do liberalismo em formular e resolver seus próprios problemas é da maior importância, assim como o sucesso ou fracasso de outras tradições.⁸

A racionalidade das tradições está conectada com as teses que constituem uma tradição. Apenas com o conhecimento dos primeiros princípios poderemos chegar à conclusão de como resolver os conflitos entre tradições rivais. Esse conhecimento será importante para possibilitar o resgate da ética das virtudes dentro de um ambiente social contemporâneo tão mais complexo do que o da sociedade aristotélica.

Como podemos perceber, MacIntyre nos apresenta um problema, o fracasso do projeto iluminista, que não obteve sucesso em sua tentativa de justificar a moralidade, devido à desconexão existente entre o seu conceito de natureza humana e os conceitos de

⁸ MACINTYRE, Alasdair. *Justiça de Quem? Qual Racionalidade?* [1988] Tradução Marcelo Pimenta. São Paulo: Loyola, 1991, pag. 372.

normas e preceitos morais que os pensadores do iluminismo tiveram. Por conta disso o homem hoje não possui mais a capacidade de resolver os conflitos que suscitam dos debates morais, pois o que se percebe é que as discussões no campo da moralidade visam apenas o interesse privado. Os homens da modernidade tornaram-se esclarecidos e autônomos passando a defender apenas os seus interesses.

A situação em que se encontram as discussões morais da contemporaneidade é a de um discurso irracional que expõe apenas desejos e vontades pessoais, tornando os conflitos intermináveis. Os conflitos ocorrem, segundo MacIntyre, por uma mudança no conceito de virtude e o uso de uma linguagem fragmentada nos debates morais da atualidade. Segundo o autor escocês, Aristóteles seria o único que possui uma filosofia ética e política que se adequaria aos ditames presentes no comportamento do homem moderno, resgatando a unidade e a noção de *telos* da vida humana.

Com base nessas observações feitas ao longo da história, MacIntyre inicia uma investigação acerca de como se deu todo o processo de transformação que culminou na eliminação das tradições, que ocasionaram o problema dos conflitos e discussões intermináveis no campo da moralidade.

Com essa apresentação da filosofia moral de MacIntyre pretendemos realizar uma demonstração da participação dos primeiros princípios desenvolvida dentro da sua filosofia e como a abordagem histórica e dialética nos dá à base para a compreensão de tais princípios. Compreendemos que uma tradição deve ser abandonada quando não mais servir aos propósitos e interesses dos indivíduos, tendo em vista que a história das tradições é também a história dos confrontos internos e externos entre os primeiros princípios de uma tradição.

Essas teses se mantêm como verdades dentro da estrutura teórica de uma tradição e são autoevidentes somente dentro de uma tradição, pois estando de fora dela os primeiros princípios deixam de ser autoevidentes. Esses princípios são verdades assumidas como tais por serem capazes de dialeticamente e, ao longo da história, continuar fundamentando as ações dos indivíduos que são adeptos dessa tradição.

Ainda precisamos compreender qual a relação entre princípios primeiros e fins últimos dentro da pesquisa das tradições e sua racionalidade prática. E como ocorrerá o desenvolvimento de uma teleologia dentro da contemporaneidade decorrente do resgate da teoria aristotélica das virtudes.

3. A linguagem e os primeiros princípios

Segundo MacIntyre, uma característica do pensamento contemporâneo é a rejeição da ideia de um primeiro princípio e, mesmo estando em conflitos aparentemente insolúveis, correntes de pensamento, sejam analíticos, continentais ou pragmáticos, concordam com essa rejeição. Algo que não acontecia com o pensamento aristotélico e muito menos com o tomista, que mesmo levantando inúmeras questões acerca dos primeiros princípios, tratava-os como possuindo existência certa e inquestionável. Estando na pauta de questões filosóficas, os primeiros princípios passaram a ser alvo de críticas por parte de alguns pensadores contemporâneos que, ao utilizarem uma linguagem independente da de Tomás de Aquino e de Aristóteles, exigiram que MacIntyre no desenrolar de suas investigações tivesse que utilizar-se de recursos, muitas vezes, não aristotélicos ou tomistas, para defender a noção de um primeiro princípio dentro da tradição de pesquisa racional.

Isso não significa que MacIntyre tenha que reformular as teses e argumentos tomistas para enfrentar as rejeições aos primeiros princípios, mas que o melhor a ser feito é tratar as teses e argumentos tomistas de maneira fidedigna ao original. Assim como Tomás de Aquino fez ao superar os conflitos entre as tradições herdadas em sua época. MacIntyre

afirma que devemos, de maneira indireta adentrar as teses e argumentos dos adversários que criticam e negam a existência de tais primeiros princípios.

Sendo assim, as principais dificuldades para essa empreitada aristotélico-tomista são primeiro que: a linguagem contemporânea é por demais estranha ao aristotelismo e ao tomismo, principalmente quanto à concepção de um primeiro princípio no sentido de como demonstrar o caráter de “primeiro” desses primeiros princípios, como também as diferentes formas de uso, por exemplo, que o inglês possui na modernidade para a palavra “princípio” em relação à *arché* aristotélica e o *principium* tomista.⁹

Seguindo os passos de MacIntyre, trataremos inicialmente das questões que circundam a palavra *principium*, assim como a tratou Tomás de Aquino em seus estudos. A palavra *Principium* mesmo sendo entendida como uma tradução de *arché* possui dois significados: podemos entendê-la como uma premissa de um silogismo, como um composto de sujeito e predicado ou, por outro lado, como aquilo que por meio de análise podemos decompor os corpos, alcançando a estrutura central no qual está sustentada a estrutura de tais corpos.

Sendo assim, podemos traduzir e entender o que quer dizer *principium* como o que a palavra “princípio”, ao qual na linguagem contemporânea estamos habituados a utilizar, como sendo equivalentes, mas com a ressalva de que devemos dar-lhes dois significados distintos e separados, respeitando as formas com que Tomás de Aquino também o faz.

Desse modo, devemos utilizar a palavra “princípio” referindo-se ao nosso uso contemporâneo da palavra, como uma tradução da palavra *principium*, apenas quando nos referimos ao princípio em si mesmo ou do que ele está se referindo, tudo em um único ato de compreensão, ou seja, articulado e formulado no próprio princípio. Isso deve ficar bem claro porque nossos hábitos contemporâneos de uso da linguagem não estão acostumados a esse movimento linguístico de compreensão.

Mesmo assim, não há danos relevantes em se fazer uso de *principium*, compreendendo que o equivalente dessa palavra em nossa linguagem atual seja a palavra “princípio”, mesmo tendo em mente que o que o nosso uso de princípio faz é separar o que o uso tomista de *principium* – lembrando que Tomás de Aquino faz uso dessa palavra como tradução da *arché* aristotélica – une.

Dificuldade semelhante pode ser observada no que se refere à estrutura da *aitia* ou causa; nossa linguagem com seus usos habituais separa o que, numa visão tomista acerca do pensamento de Aristóteles, não o seria. Adquirimos o costume de fazer a distinção de causa e explicação em vez de reconhecer que sempre que damos as causas de algo estamos dando a explicação e vice-versa.

No entanto, para o pensamento moderno, resta ainda a possibilidade de perguntar se essa questão acerca dessa perspectiva tomista do uso da linguagem – que não realiza essas distinções – está a tratar das coisas como elas são ou das representações mentais, por meio do uso da linguagem acerca do que é. Isso é algo que na modernidade está fortemente presente e questionamentos desse tipo acerca da relação da mente e da linguagem com os objetos só empobrecem o discurso criando problemas que dentro da perspectiva tomista não o são.

O que podemos notar é que causa e princípio estão conectados com a noção de um *telos* que direciona a mente para seu fim específico e ela mesma só pode compreender-se nesse movimento na qual ela percebe-se em direção ou não desse *telos* específico, que por sua vez só pode ser apreendido mediante a apreensão dos primeiros princípios.

⁹ O que MacIntyre quer dizer é que o nosso uso contemporâneo da palavra “princípio” nem sempre está em consonância com o mesmo significado que tinha tanto a concepção de *arché* em uma linguagem aristotélica, como o *principium* em um contexto tomista e que essas diferenças de concepções são, de início, um obstáculo para a compreensão dos primeiros princípios.

Está claro, nesse sentido, que não temos como compreender o significado dessas palavras de maneira independente, ou seja, fora de um contexto social e mesmo aqueles que rejeitam a noção de primeiros princípios não deixam de fazer uso da sua linguagem. Dessa forma, podemos constatar que teoria e linguagem são em grande parte indissociáveis. Por esse motivo a causa dos desacordos entre correntes filosóficas só pode ser compreendida nessas circunstâncias.

Podemos então deduzir que quanto maior for o desacordo entre teoria e linguagem, maior será também a incapacidade de consenso e de acordos racionais entre essas teorias, pois o que lhes falta são meios para representarem-se na linguagem de seus adversários, para que suas teorias sejam inteligíveis para os seus rivais; explicando assim, de certa maneira, o que aconteceu com o pensamento tomista após o seu encontro com as teorias modernas. O diagnóstico apresentado por MacIntyre aponta para esse problema.

Segundo o que ele observou, esse problema surge da convicção existente na modernidade e nas suas diversas escolas de pensamento e culturas, de que não existe um princípio que pode ser primeiro, pois ao tratarmos um princípio como primeiro o fazemos por arbitrariedade e, assim, teríamos princípios de caráter relativo e que inseridos em diferentes contextos sociais, assumiriam diferentes posições nas cadeias de justificação racional, deixando assim de serem princípios primeiros a todo e qualquer sujeito racional.

No entanto, veremos que não é bem assim que ocorre, pois essa é justamente uma compreensão equivocada da noção dos primeiros princípios. Seguindo o pensamento de MacIntyre, podemos compreender que foi justamente a perda dessa noção de *telos*/fins, que está intrinsecamente ligada à rejeição do conceito de *arché/principium* que ocasionou a crise na modernidade, já que:

Segundo Sto. Tomás, uma concepção da ação humana totalmente desenvolvida e explicitada começa com o reconhecimento do fim último dos seres humanos, um reconhecimento que, por sua vez fica, frequentemente, distante de ser totalmente desenvolvido e explícito¹⁰.

Então podemos pensar que na contemporaneidade esse reconhecimento está ainda mais distante e que não há mais um espaço para a compreensão de um *telos*, de um conjunto de objetivos em comum¹¹. Os primeiros princípios não serão reduzidos a esse relativismo radical discriminado pela modernidade, se essa compreensão aristotélica e tomista de que nas teorias é o *arché/principium* que proporciona o entendimento teórico de seu *telos*/fins.

4. Primeiros princípios epistemológicos

O que podemos perceber na modernidade é justamente o contrário do que afirmava tanto Aristóteles como Tomás de Aquino, que não havia mais uma relação entre *arché/principium* com a noção de um *telos*/fins. No entanto, podemos ainda seguir com a compreensão tomista de primeiros princípios, investigando por que a modernidade rejeita essa noção de princípios com estatuto de primeiros, onde nessa empreitada devemos obter meios para negar a hipótese moderna de que não haja primeiros princípios do tipo

¹⁰ MACINTYRE, Alasdair. *Justiça de Quem? Qual Racionalidade?* [1988] Tradução Marcelo Pimenta. São Paulo: Loyola, 1991, pag. 210.

¹¹ Para compreendermos isso, seria como pensar em um barco que navega sem destino; se esse barco não tem um destino certo, então não existe direção ou caminho errado. Somente inserido em um solo ou território em que exista um *telos*/fins determinado é que podemos perceber se estamos ou não progredindo quanto ao caráter de nossos desejos, propósitos e decisões individuais.

epistemológicos, como por exemplo, o cogito cartesiano, já que tais princípios numa tradição de pesquisa racional começam a partir da contingência de modo não cartesiano¹².

E, em segundo lugar, que tais princípios pudessem nos dar garantias para o conhecimento, sendo capaz de nos dizer como é possível que tenhamos conhecimento justificado. Mas, agora tendo em mente que esses primeiros princípios são anticartesianos e que eles só podem dar essa justificação dentro de uma tradição, após terem passado pelo teste histórico-dialético que garantem a manutenção de seu estatuto de primeiro princípio.

Sendo assim, fica claro que primeiros princípios epistemológicos, nos moldes modernos são impossíveis de ser alcançados, pois somente como pensa Aristóteles e Tomás de Aquino é que tais princípios podem existir de maneira a dar justificação às teorias e às práticas. Além do mais, o que a epistemologia moderna faz é construir uma estrutura teórica do conhecimento em primeira pessoa, onde o sujeito questiona-se a respeito da segurança de suas crenças, se são verdadeiras e justificadas, enquanto um tomista, que segue a Aristóteles, constrói sua base para o conhecimento em terceira pessoa, onde o conhecimento se dá dentro de uma tradição, dentro de uma comunidade de falantes, em que conversacionalmente nós poderemos chegar a conclusões acerca do conhecimento.

Na visão tomista do conhecimento só podemos conhecer sem saber que conhecemos, pois tal verificação se dá de maneira posterior com base em novos dados que eventualmente surgirá. Esse movimento em epistemologia é completamente oposto ao cartesianismo, no qual o sujeito deve ser capaz de dizer como conhecemos, ou seja, o cartesianismo é sempre um movimento para trás, para o ponto inicial, enquanto no tomismo ocorre justamente o contrário, fazendo sempre referência ao nosso conhecimento posterior.

O conhecimento que temos agora funcionará como as bases para o que ainda não conhecemos e, segundo Aristóteles, no argumento dedutivo já temos um conhecimento prévio da conclusão, ou seja, as nossas conclusões já estão assumidas desde o ponto de partida a que tomamos. Esse raciocínio pode ser estendido para termos uma compreensão de como isso ocorre também na vida prática, onde os indivíduos, ao terem a capacidade de dar justificação moral para as suas ações ou práticas, terão que necessariamente ter suas vidas dirigidas pelas virtudes que fornecerão o conhecimento do bom e do melhor, não só para si como também para os seres humanos.

Sendo assim, desde o início das práticas dessas virtudes já está, de maneira prévia, pressuposto o conhecimento de um fim último:

“A tarefa deliberativa da construção racional é tarefa que leva a uma ordenação hierárquica de meios para seus fins, na qual o fim último é especificado numa formulação que fornece o primeiro princípio, ou primeiros princípios, dos quais são deduzidas as afirmações dos fins subordinados que são meios para os fins últimos”¹³.

É nesse aspecto que surgem as críticas modernas aos primeiros princípios, onde os epistemólogos de tipo racionalista, na busca por certezas e verdades necessárias e universais tendem a rejeitar a noção de tais princípios com estatuto de primeiros, e de acordo com o que já foi exposto, na visão tomista não podem ser necessários e nem universais. Outro motivo pelo qual rejeitam esses primeiros princípios é assumindo a

¹² Nesse ponto MacIntyre faz referência, tanto ao cogito cartesiano, já que é recorrente na contemporaneidade a rejeição de primeiros princípios epistemológicos, como também faz nítida referência às críticas anti-fundacionistas, que são por sua grande maioria anti-metafísicas.

¹³ MACINTYRE, Alasdair. *Justiça de Quem? Qual Racionalidade?* [1988] Tradução Marcelo Pimenta. São Paulo: Loyola, 1991, pag. 147.

verdade da perspectiva desconstrutivista onde temos a partir das interpretações que Derrida fez das obras de Saussure, que levar em conta não questões epistemológicas, mas de significado.

MacIntyre aponta-nos para essa interpretação mostrando que na visão de Derrida os significados de termos binários, como é o caso de matéria/forma e causa/efeito, depende de algum suporte ulterior ainda não dado; sendo assim, ele rejeita os primeiros princípios, pois seu significado deve ser sustentado por uma fundamentação metafísica, algo que, para ele, não pode ser possível¹⁴.

Contra essas acusações proferidas por Derrida, MacIntyre aponta para a dubiedade de seu argumento, que por um lado nega que os termos, tomados individualmente, possam ter significado sem a dependência do outro, como se não fosse possível, por exemplo, matéria possuir um significado independente do significado de forma; por outro lado, MacIntyre suspeita que Derrida possa estar se sustentando na impossibilidade de se ter um significado estável para os significados, seguindo as ideias de Nietzsche e Heidegger.

Mas em ambos os casos, segundo o tomismo, não há problema algum, pois existe pelo menos um significado parcial dos termos de cada par, que se dá de maneira independente um do outro, e quanto à instabilidade do significado, ele só se dará durante o percurso que a investigação trilhar, não estando definida desde o início, como esperam os epistemólogos fundacionistas.

Devido à tamanha clareza com que se apresenta o tomismo, é estranho como as argumentações de Derrida obtiveram espaço nas discussões contemporâneas. Isso ocorre devido ao fato de que as conclusões a que se chega à perspectiva desconstrutivista estarem sendo derivadas de premissas que são inegáveis, mas que esse caráter de inegável só é adquirido a partir das conclusões desses mesmos argumentos. Esse é um ponto chave para a discussão sobre primeiros princípios, pois para MacIntyre os primeiros princípios devem evitar a autodesconstrução, caso contrário iríamos recair nos mesmos problemas existentes na contemporaneidade.

Já que estamos levantando a possibilidade de existirem premissas inegáveis, essa inegabilidade que elas possuem devem ser assegurada de outro modo. O que percebemos atualmente é que essa inegabilidade não se dá mais por algum tipo de princípio em si portador desse caráter inegável, a exemplo do cogito cartesiano, mas buscam assegurar a necessidade de suas premissas a partir de acordos sociais comuns que lhes permitem assegurar o caráter apodítico para os seus princípios.

Isso explica o porquê do equívoco cometido pelos filósofos contemporâneos ao acusarem os primeiros princípios segundo a perspectiva tomista de serem relativistas, já que princípios ao qual o tomismo se refere são princípios metafísicos, já os que ocorrem nas premissas dos argumentos desconstrutivista e anti-fundacionistas são anti-metafísicos. E já que os primeiros princípios tomistas sobrevivem às críticas e debates contemporâneos, é oportuno mostrar as viabilidades que eles têm para contribuir na construção de uma teoria moral capaz de possibilitar ao homem um agir moral racional, bem como para o desenvolvimento da ciência moderna.

5. O papel desempenhado pelos primeiros princípios dentro da ciência

De acordo com MacIntyre, Tomás de Aquino analisa os juízos existentes na ciência, chegando à conclusão de que toda ciência tem um conjunto de primeiros princípios, *archai/principia*, que lhe proporcionam as premissas para os seus argumentos

¹⁴ Para maiores detalhes de Derrida sobre esse assunto, ver: DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

demonstrativos. O que MacIntyre quer dizer com isso é que há uma dimensão metafísica nos princípios das ciências, e essa dimensão metafísica é não eliminável para todas as ciências, pois as investigações científicas vão além das explicações e da compreensão das características gerais da realidade contingente, revelando assim também a natureza e a história humana.

As investigações científicas se dão em ritmo de estágios, cada estágio pressupõe o melhoramento em relação ao estágio anterior, e em cada estágio já se deve estar esclarecido, pelo menos em parte, um fim específico, um *telos*. MacIntyre aponta a possibilidade de, assim, levando-se em conta a noção de uma *archai/principia*, ser possível reconhecermos uma ciência melhorada.

Esse reconhecimento da ciência melhorada só se dá a partir da relação com o *telos*/fins presente em qualquer atividade sistemática, onde só podemos compreender que certas atividades são inteligíveis e atividades humanas, em razão de estarem inseridas em outro conjunto maior de atividades, ou seja, o *telos*/fins da ciência é caracterizado quando em consonância com a busca de um bem comum. Sendo assim, fica claro que é apenas em referência a primeiros princípios – que só são conhecidos por intermédio de uma argumentação dedutiva realizada pela mente – que faz com que nas ciências, tenhamos uma clara distinção daquilo que é uma causa por necessidade da mera coincidência, em virtude da necessidade existente nas conclusões dos argumentos dedutivos.

Desse modo, apenas por meio do método analítico é que alcançamos esses primeiros princípios substantivos, que dão o fundamento para o conjunto de argumentos no qual fazem as ciências, que por sua vez só podem manter-se como capazes de nos fazer entender os fenômenos que tratam como sendo necessários, se de fato lograrem êxito nesse objetivo. Contudo, devemos entender esses primeiros princípios como evidentes em si mesmos e inteligíveis apenas quando inseridos dentro de um conjunto de teorias relevantes e que mesmo sendo revelado a nós por meio da forma analítica, ele não são conhecidos *a priori*.

Antes disso, devemos recorrer a observações e investigações empíricas e mesmo fazendo uso desse método analítico, o sujeito ainda assim não deixa de atribuir predicados aos significados, que são particulares ao sujeito que realiza essa investigação; desse modo teremos então que compreender os primeiros princípios partindo da contingência. Pois é por conta da contingência ao qual eles estão submetidos diante das atribuições que são realizadas por cada sujeito particular que realiza a investigação, é que elas possuem essa característica:

“E nesse trabalho de vir a compreender quais premissas afirmam o que é verdadeiro *per se*, de modo que possam funcionar como primeiros princípios, nós continuamente aprofundamos nossa apreensão do conteúdo desses primeiros princípios e corrigimos os erros que todos tendem a cometer”¹⁵.

Essa característica dos primeiros princípios ressalta o caráter de inacabado ou não concluído que eles possuem, já que sempre estão sujeitos a modificações, mas nem por isso deixam de ser necessários para dar fundamentos aos argumentos e para as ações dos indivíduos dentro de uma investigação.

Para Aristóteles esse tipo de investigação empírica é uma tentativa de buscar essências por meio de definições pré-científicas, que não resulta apenas em um conjunto de generalizações empíricas de fatos observáveis. O que devemos ter em mente de maneira clara é que toda essa indagação que circunda o conhecimento dos primeiros princípios deve ser tomada como o meio ao qual a ciência melhorada tem para – partindo de definições

¹⁵ MACINTYRE, Alasdair. *Justiça de Quem? Qual Racionalidade?* [1988] Tradução Marcelo Pimenta. São Paulo: Loyola, 1991, pag. 192.

analíticas que requerem um sistema classificatório de atribuições feitas por um sujeito, mediante suas observações empíricas – poder proporcionar a essa ciência as premissas bases que lhe garantirão o poder explicativo e a capacidade de compreensão frente a alguma teoria rival.

O que acontece nesse ponto é que em virtude de um eterno desenrolar-se¹⁶, a qual está imerso o desenvolvimento de uma ciência, os primeiros princípios são assumidos como características da essência das coisas e, por isso mesmo, são verdadeiros.

6. Ciência, verdade e primeiros princípios

Ainda sobre a relevância e o papel desempenhados pelos primeiros princípios na ciência, podemos notar que eles desempenham papéis distintos dentro das ciências melhoradas, existindo, entre outros, aqueles que são evidentes para todo sujeito racional, como é o caso de princípios como o da não-contradição e o primeiro princípio da racionalidade prática. Mas como esses princípios são evidentes em si mesmo é que deve ser esclarecido, já que só teremos a noção deles ao longo da investigação e não em seu início.

Para que possamos justificar nossas crenças partindo da ignorância de tais primeiros princípios, Aristóteles nos dá a possibilidade da utilização de argumentos dialéticos, que são usados para refutar as crenças que até o momento são sustentadas dentro de uma ciência e, diante desse processo de seleção dialética, aqueles argumentos que resistirem às críticas, montarão uma estrutura coerente de crenças básicas com a possibilidade de virem a se tornar os princípios relevantes para uma ciência melhorada. Há exemplo disso: as refutações que Aristóteles fez às opiniões rivais acerca do bem humano, tornando-se assim casos de extrema relevância para o que MacIntyre está tentando expor.

No entanto, essa estratégia dialética não permanece durante todo o processo de investigação na ciência, sendo necessário que reconheçamos que as conclusões dialéticas não são suficientes para conferir o *status* que requerem os primeiros princípios, já que as conclusões dialéticas estão sempre no âmbito das crenças diferentemente dos primeiros princípios que servem como justificação para o conhecimento.

Esses princípios não podem ser evidenciados de modo demonstrativo, pois o próprio argumento demonstrativo depende da sua existência. O que está sendo dito é que os argumentos iniciais de uma investigação se dão a partir da indução e de refutações dialéticas, para, em um segundo momento, respeitando as conclusões obtidas a partir da indução e da dialética, passarem a formular juízos necessários dentro dessa investigação.

Vejamos bem, a intuição, diferentemente da inferência, é o que propicia os meios para que cada ciência particular obtenha as premissas para a explicação causal dos atos empíricos conhecidos, enquanto que a dialética nos permite compreender como é feita a transição do que é meramente crença para o que é necessário e apodítico, já que tal uso da dialética não nos fornece o que são as essências. Podemos perceber com tudo isso que na jornada em direção ao *telos*, a ciência passa por alguns estágios e justamente nesse vários estágios que ela passa, é que são possíveis as revisões e o aprimoramento para que essa ciência torne-se melhorada.

Ainda assim, é característico de toda ciência, mesmo buscando seu *telos*/fins, deparar-se com duas possibilidades quase sempre iminentes: a de seguirem em seu progresso por caminhos tortuosos e irregulares, com também a de, ao longo dessa jornada, seguir por vários caminhos alternando períodos de declínio e frustração. Já que ela sempre dependerá de uma disputa dialética ao refutar as crenças rivais, ela pode ou não manter-se

¹⁶ O que está em jogo aqui é o fato de as ciências estarem em um permanente estado de mudanças e que não encerram seu pensamento, ao longo de sua história, em um único paradigma, estão sempre sujeitas a mudanças quando frente a novos problemas e são solicitadas a darem respostas.

coerente diante das outras, como também suas principais teses podem ser rejeitadas e seus conjuntos de teses que funcionam como primeiros princípios serem falseados, ocorrendo uma crise dentro de tal ciência.

Mas nem tudo está perdido, pois segundo MacIntyre, a prática das virtudes que “*é a qualidade que capacita o indivíduo a dirigir-se à conquista do telos especificamente humano, seja esse natural ou sobrenatural*”¹⁷. A *phrónesis* segundo Aristóteles e a *prudentia* segundo Tomás de Aquino, pode conferir a quem desenvolve a investigação científica, como também a quem ensina, meios para conduzi-la de tal modo que ela possa mover-se para o seu *telos*/fins de maneira mais segura.

Isso significa que há um ordenamento teleológico tanto da investigação em si, como da parte do sujeito que realiza essa investigação, sendo importantíssima nessa investigação a prática das virtudes da *phrónesis/prudentia* e que a posse dessas virtudes requerem a posse de outras também; deixando explícito o caráter social e moral que as ciências naturais possuem. Apenas no interior de um contexto social, moral e intelectual ordenado teleologicamente, tendo como fim uma ciência natural melhorada que encontrou adequadamente os seus primeiros princípios, é que será possível falarmos e termos uma concepção de verdade.

MacIntyre, indo mais além do que Tomás de Aquino, define a verdade como a relação do intelecto com os objetos conhecidos e, por analogia, sempre que fazemos essa relação com os objetos pressupomos que eles deveriam ser aquilo que pressupomos ser em um exemplo perfeito desse objeto. Juntamente com essa concepção de verdade teremos a concepção de justificação racional uma interligada à outra, já que a justificação racional dará segunda tal concepção de verdade, podendo ser percebida nas argumentações de uma ciência melhorada que é adequada aos seus próprios primeiros princípios. Somente quando a justificação ocorre nessa relação com a verdade é que poderemos estar justificados racionalmente no interior de uma investigação científica.

No entanto, poderemos nos encontrar em uma investigação científica ainda em andamento de modo que não seja possível extrairmos conclusões, já que não se tem alcançado seu estado final. Nesses casos teremos um tipo de justificação racional baseado nas adequações feitas até aquele estágio de desenvolvimento de investigação dessa ciência. Sendo assim, podemos dizer que cada tipo de predicado da verdade e cada tipo da atividade de justificação racional estão em relação um com o outro de acordo com o lugar que ocupam na ordenação teleológica das indagações do intelecto e nos diferentes estágios em que se encontram na investigação científica.

Sendo assim:

Nesse ponto, é importante lembrar que a concepção da mente, pressuposta, não é uma concepção cartesiana. É, antes, uma concepção da mente como atividade, como enfrentamento com o mundo natural e social em atividades tais como a identificação, a re-identificação, a coleção, a separação, a classificação e a nomeação, e tudo isso através de ações tais como tocar, prender, apontar, destruir, construir, chamar, responder e assim por diante¹⁸.

Mas uma explicação tomista dos tipos de intencionalidade divergiria amplamente daqueles que desejam excluir a intencionalidade da mente de seu papel central na filosofia da mente. Para Tomás de Aquino, a intencionalidade está intimamente ligada às atribuições de verdade e de justificação racional em um esquema compreensivo de ordenação teleológica. E para cada ciência melhorada não temos como fazer uma separação entre as

¹⁷ MACINTYRE, Alasdair. *Depois da Virtude*. [1981] Trad. Jussara Simões. Revisão Helder B. A. de Carvalho. Bauru: EDUSC, 2001, pag. 312.

¹⁸ MACINTYRE, Alasdair. *Justiça de Quem? Qual Racionalidade?* [1988] Tradução Marcelo Pimenta. São Paulo: Loyola, 1991, pag. 383).

atividades mentais e o seu *telos*/fins, que é reconhecido a partir da concepção de verdade conforme explicitado.

As implicações que essas abordagens trazem são de ordem social e moral, pois, as ciências naturais não estão isoladas de um contexto histórico, social e moral, em termos de busca da verdade, de modos de justificação racional. Segundo MacIntyre, seguindo o pensamento tomista, devemos pôr em debate justamente essas questões e implicações que a ciência tem, e que na modernidade foram entendidas como devendo ser negadas, como sendo meras ilusões ideológicas, algo que segundo o aristotelismo inviabilizaria a compreensão dos conceitos centrais para uma investigação que estivesse comprometida com a verdade, justificação racional e realista em sua autocompreensão.

7. Conclusão

Os embates que marcaram a modernidade e se estendem até os dias atuais, tomando como base essa perspectiva que MacIntyre está nos apresentando, seriam os efeitos dessa rejeição dos primeiros princípios que dão fundamento para as teses, argumentos e atitudes filosóficas; e mesmo reconhecendo-se em crise, alguns filósofos recusam-se a aceitar as teses e argumentos nos moldes tomistas acerca da verdade, da racionalidade e da intencionalidade.

O que acontece é que a partir da modernidade levantaram-se inúmeras dificuldades quanto à adesão de uma concepção metafísica, no entanto, como reforça MacIntyre, não conseguiram rejeitar a metafísica totalmente, sendo ainda possível observar em discursos rivais resíduos metafísicos em suas próprias posições – referindo-se aos discursos contemporâneos que se dizem anti-metafísicos – e de maneira indissociável.

Resta-nos perguntar se a questão que envolve a presença ou não da metafísica nos discursos contemporâneos é ou não um problema solucionável? Podemos responder que não, se entendermos que a maioria dos filósofos contemporâneos estão inclinados a não compreenderem suas atividades como sendo constituídas por uma narrativa onde nela será possível estabelecer um modo de compreender a verdade, a racionalidade e a intencionalidade. No entanto, existem meios para se propor uma saída para essas questões, meios que por sua vez, relembra-nos MacIntyre, são meios não tomistas, mas com a finalidade de alcançar fins tomistas.

O método adotado por MacIntyre é o genealógico, que por sua vez é capaz de trazer à luz do esclarecimento, não argumentos, mas os motivos e os modos como as crenças, pressupostos e atividades de alguma classe de pessoas chegaram a entrar em algum impasse ou desacordo; assim reconstruindo-se uma história subversiva, chegaremos à conclusão de onde se encontra o ponto chave que desencadeou esses desacordos no mundo moderno,

La narrativa genealógica tiene la función no de argumentar, sino de desvelar algo acerca de las creencias, presupuestos y actividades de alguna clase de personas. Explica de un modo característico, cómo han llegado a estar en algún impasse y por qué no pueden reconocer o diagnosticar adecuadamente, desde sus propios recursos conceptuales y argumentales, la naturaleza de su dificultad. Proporciona una historia subversiva.¹⁹

Após essa construção genealógica poderemos nos dar conta de que apenas readmitindo uma teleologia às nossas investigações poderemos entender as nossas

¹⁹ MACINTYRE, Alasdair. *Primeros Principios, Fines Últimos Y Cuestiones Filosóficas Contemporáneas*. Tradução Alejandro Beyer. Madrid: Ediciones Internacionales Universitarias, S. A., 2003.

atividades como progredindo ou não rumo a um *telos*/fins e, ainda, que os problemas existentes na contemporaneidade devam ser compreendidos como em decorrência desse abandono tanto da perspectiva de investigação aristotélica, como tomista.

No desenrolar-se da escrita dessa história genealógica, veremos o quanto o tomismo é capaz de articular-se e inserir-se nas discussões contemporâneas, com um mínimo de compatibilidade no que concerne a verdade e a justificação racional, na medida em que tanto o aristotelismo quanto o tomismo podem mostrar como a noção de primeiros princípios e fins últimos podem capacitar-nos para um tipo de filosofar justificado racionalmente.

Mas, segundo o próprio MacIntyre, esse é um trabalho ainda por fazer, que com o que até aqui se pode expor acerca do lugar dos primeiros princípios na sua filosofia moral, é capaz apenas de delinear de um modo esquemático, um modo de se iniciar esta construção: a de uma filosofia moral capaz de entrar em debate acerca dos problemas da moralidade no mundo contemporâneo.

Problemas esses, que somente a partir do método genealógico, podemos entender como foram construídos na contemporaneidade e qual a relação que eles têm com os problemas que marcaram o início da história da filosofia moderna, equivocadamente acreditamos que a história da filosofia se escreve exclusivamente em forma de teses e argumentos, todavia já deveríamos ter aprendido que não sabemos situar historicamente tais teses e argumentos, enquanto não soubermos a que perguntas elas se propõe a responder.

E por fim ao entendermos a origem de tais problemas na contemporaneidade, podemos reconhecer que as teses e os argumentos acerca da verdade e da racionalidade no interior da filosofia contemporânea, estão abertas a críticas radicais que tem brotado na atualidade e isso acontece justamente porque foram tiradas, primeiramente, do único tipo de contexto dentro o qual são completamente inteligíveis ou adequadamente defensáveis.

Sendo assim, no curso da história genealógica, juntamente com a noção de primeiros princípios e fins últimos podemos ser capazes de abrir possibilidades de conversação e debate filosóficos entre tradições distintas que entram em conflito, oferecendo com isso a possibilidade de justificação racional entre as partes.

Referências

- CARVALHO, Helder B. A. de. Alasdair MacIntyre e o retorno às tradições morais de pesquisa racional. IN: OLIVEIRA, Manfredo A. de (org.). *Correntes fundamentais da ética contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 31 – 64.
- CARVALHO, Helder B. A. de. *Tradição e Racionalidade na Filosofia Moral de Alasdair MacIntyre*. São Paulo: Unimarco Editora, 1999.
- MACINTYRE, Alasdair. *Animales Racionales y Dependientes. Por qué los seres humanos necesitamos las virtudes*. Barcelona: Paidós, 2001.
- _____. *Depois da Virtude*. [1981] Trad. Jussara Simões. Revisão Helder B. A. de Carvalho. Bauru: EDUSC, 2001.
- _____. *Justiça de Quem? Qual Racionalidade?* [1988] Tradução Marcelo Pimenta. São Paulo: Loyola, 1991.
- _____. *Primeros Principios, Fines Últimos Y Cuestiones Filosóficas Contemporáneas*. Tradução Alejandro Beyer. Madrid: Ediciones Internacionales Universitarias, S. A., 2003.
- _____. Nietzsche ou Aristóteles?. IN: BORRADORI, Giovanna. *A filosofia Contemporânea. Conversações com Quine, Davidson, Putnam, Nozick, Rorty, Cavell, MacIntyre e Kubn*. Tradução Álvaro Lorençini. São Paulo: UNESP, 2003.

Texto recebido em: XX/XX/2011
Aceito para publicação em: XX/XX/2011